



O Legislativo

Publicação Oficial da Câmara Municipal de Ubá

Impresso Especial
9912180105/2007-DR/MG
Câmara Municipal de Ubá



UBÁ - MINAS GERAIS ■ WWW.CAMARAUBA.MG.GOV.BR ■ TEL: (32) 3539-5000 ■ IMPRENSA@CAMARAUBA.MG.GOV.BR ■ ANO III - Nº 33 - 31 de maio / 2009

Prefeitura denuncia e Câmara deve investigar horas extras devidas pela administração passada



Legislativo Ubaense pode instalar CPI para investigar horas extras devidas aos servidores da Prefeitura pela administração passada

Pág. 05

Por meio de ofício encaminhado ao Legislativo Ubaense em resposta a requerimento do vereador Dr. Mauricio Valadão (PTB), o Secretário Municipal de Administração, Agenor Marques Sereno Neto, informa que a atual Administração constatou, “após levantamento minucioso”, a existência de mais de 27 mil horas extras não pagas, no período não prescrito de abril de 2004 a dezembro de 2008. O documento foi lido na sessão ordinária do dia 18 de maio.

Indignado com situação, o vereador Vinicius Sâmor de Lacerda (PT) destacou, na ocasião, que o Tribunal de Justiça está punindo alguns ex-prefeitos de Ubá por medidas inadequadas e ilegais tomadas na administração municipal. Na opinião dele, esse levantamento traz à tona mais um fato irregular que, até então, era desconhecido dos ubaenses.

Destques

Legislativo aprova criação do programa "Escola na Câmara"

Pág. 02

Legislativo aprova redução de 35 dias no período de recesso parlamentar

Pág. 02

Câmara aprova projeto que regulamenta estágio nos órgãos municipais

Pág. 03

Comissão Especial vai contribuir com investigação na Associação dos Servidores

Pág. 04

Presidente da Associação Beneficente Católica debate a saúde da microrregião no Legislativo

Pág. 06

Câmara vai discutir Lei de Diretrizes Orçamentárias em audiência pública

Está em tramitação na Câmara Municipal de Ubá a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2010. Na sessão ordinária do dia 25 de maio, a votação da matéria foi adiada para a realização de, pelo menos, uma audiência pública para discussão da proposta. Na reunião anterior, dia 18, o projeto havia sofrido pedido de vista do vereador Dr. Mauricio Valadão (PTB). O prazo final para votação da matéria é 30 de junho.

Orientação

A LDO foi introduzida pela Constituição de 1988 e, com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tornou-se peça obrigatória na gestão pública. Ela representa um instrumento para auxiliar os governantes a gerir os recursos públicos a partir de um conjunto de regras claras e precisas, aplicadas a todos os gestores e em todas as esferas de governo, e envolve o controle à gestão da receita e da despesa, o endividamento e a gestão do patrimônio público.

O projeto é anual e deve incluir as metas e os riscos fiscais, as prio-

ridades de ação governamental, os maiores investimentos, as medidas que se pretende aplicar na política de tributos, etc. Em outras palavras, o projeto descreve o que a Prefeitura de Ubá planeja para o próximo ano e prevê que a verba arrecadada pelo Município seja revertida em obras e ações que melhorem significativamente a vida

da população.

Com base nas propostas contidas no projeto encaminhado e nas emendas que ele pode receber dos vereadores, o Poder Executivo vai elaborar a Lei Orçamentária Anual (LOA), que deve ser encaminhada ao Legislativo até o dia 30 de setembro.

Pág. 03



A Mesa Diretora decidiu pelo adiamento da votação

Palavra do Presidente

por Cláudio Ponciano

Aprofundando o diagnóstico sobre a saúde

A saúde e a doença, em todos os tempos, são temas presentes na pauta da Câmara Municipal de Ubá. Na atual legislatura não é diferente, uma vez que a maioria dos parlamentares que compõem o Legislativo são profissionais da área ou priorizam a atuação parlamentar junto aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). É rara uma reunião sem requerimentos, indicações ou denúncias sobre o funcionamento da saúde no município.

Nos debates que ocorrem na Câmara Municipal, sobre a saúde, ou, na maioria das vezes, sobre a doença, podemos identificar as seguintes posições: alguns afirmam que a saúde está uma "porcaria" e que nada funciona; outros entendem que a atenção primária, que é responsabilidade do município, realmente não funciona, mas que, nos casos graves, nossos hospitais prestam atendimentos muito melhores que em grandes centros. Há, ainda, aqueles que defendem que a microrregião de Ubá vem perdendo investimentos para outras regiões, devido à desarticulação política. Na visão destes últimos, não deveríamos ficar "brigando" por questões menores, por interesses individuais, mas, sim, juntar as nossas forças para buscar mais recursos para a microrregião.

Eu penso que temos que

fazer as duas coisas. Enquanto usuários do SUS, temos que nos organizar para cobrar dos gestores municipais a melhoria no gerenciamento da atenção básica, pois evitar as doenças é o melhor para todos. Enquanto político, representante popular titular de mandato eletivo e com responsabilidade, não podemos fazer diagnósticos superficiais.

Neste momento, as notícias são boas. As denúncias, os requerimentos, as indicações e os diagnósticos superficiais continuam, mas a novidade é que muitas outras movimentações estão acontecendo, com a intenção de articular as lideranças políticas da região e recuperar o tempo perdido.

Várias reuniões vêm acontecendo em Ubá - algumas no plenário da Câmara Municipal -, com a participação de prefeitos, vereadores e secretários de saúde. O principal objetivo é identificar as forças e as fraquezas da microrregião, em busca de um projeto comum.

Como fruto destas articulações e reuniões, já surgiu o consórcio de municípios para a área da saúde. Temos que registrar também os esforços do colegiado de secretários municipais de saúde, todos unânimes no diagnóstico de que a união é o melhor caminho.

Vamos continuar a discussão, até porque "o vereador não tem a verba, só tem o verbo". E que este debate continue a frutificar!

Legislativo aprova redução de 35 dias no período de recesso parlamentar

Na sessão ordinária do dia 18 de maio, foi apreciado, em primeira votação, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 02/09, que visa a redução do recesso parlamentar em nossa cidade de 90 para 55 dias. A proposta foi aprovada por unanimidade.

O objetivo dos vereadores é que a Câmara Municipal funcione, anualmente, de 2 de fevereiro a 17 de julho, e de 1º de agosto a 22 de dezembro. A redução não altera as normas regimentais que determinam que a sessão legislativa não pode ser interrompida, em julho, sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e nem encerrada, em dezembro, sem a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA).

De acordo com o vereador Vinícius Sâmor de Lacerda (PT), a aprovação do projeto é um fato histórico.

— Eu gostaria de frisar a conotação histórica desse projeto, aprovado hoje. Propostas de redução no recesso foram apresentadas em outras legislaturas, mas sempre reprovadas. A população pode se sentir orgulhosa, vitoriosa, porque o valor simbólico desta medida é muito grande. Embora, na prática,



Todos os vereadores votaram a favor da redução do recesso

a gente já não cumprisse o recesso — afirmou.

Para o vereador Paulo César Raymundo (DEM), o projeto é muito importante.

— Não é justo que os trabalhadores tenham 30 dias de férias, enquanto nós tínhamos 90 de recesso. A aprovação do projeto vem em boa hora e, se fosse para reduzir para 15 dias ou até acabar com o recesso, eu votaria do mesmo jeito — declarou.

A alteração na redação do artigo 35 da Lei Orgânica do Município de Ubá foi embasada na Emenda Constitucional nº 50, de 2006, que

prevê o mesmo período de funcionamento dos trabalhos legislativos na Câmara dos Deputados. A Assembléia Legislativa de Minas Gerais também aprovou recesso de 55 dias. Portanto, a mudança tem o propósito de adequar o Legislativo Ubaense à realidade estadual e nacional, bem como de servir melhor à população local.

É importante ressaltar que o recesso parlamentar não significa férias, haja vista que o período pode ser interrompido para realização de sessões extraordinárias, convocadas pelo Prefeito ou pelo próprio Legislativo, em caso de urgência.

Legislativo Municipal aprova criação do programa "Escola na Câmara"

Entender o verdadeiro significado da política nos dias de hoje é um grande desafio. Com a perspectiva de orientar e formar futuras lideranças, está tramitação no Legislativo Municipal, o Projeto de Lei 030/09, que institui o projeto "Escola na Câmara". A matéria foi aprovada por unanimidade, em primeira votação, na sessão ordinária do dia 25 de maio.

De autoria do vereador Vinícius Sâmor de Lacerda, a proposta tem como objetivo principal desenvolver a cidadania, a consciência e a participação política por meio de visitas à sede do Poder Legislativo Municipal. Nos encontros, os alunos e professores das escolas de Ubá poderão ouvir explicações de

como se dá todo o processo legislativo e o trabalho dos vereadores. Eles serão, ainda, incentivados a participar das atividades da Casa. A ideia é promover a política como disciplina complementar e fundamental na construção da cidadania.

Na justificativa do Projeto, o vereador Vinícius Sâmor cita o poeta alemão Bertolt Brecht e sua célebre obra "O Analfabeto Político". O poema fala que o "pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do arroz, do ônibus, do aluguel, do sapato e do remédio dependem de decisões políticas". O projeto busca, portanto, ameni-

zar esta situação.

— Muitos jovens mostram-se desinteressados pela política, e parte deste desinteresse é causado pelo desconhecimento do funcionamento das Casas Legislativas. Com o projeto, eles sairão daqui mais conscientes, sabedores do seu papel na sociedade, de seus direitos e deveres —, afirmou Vinícius Sâmor.

Poderão se inscrever para participar do "Escola na Câmara" os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal, estadual, bem como os colégios particulares. A inscrição deve ser feita na sede do Legislativo Ubaense, na rua Santa Cruz, 301, na primeira semana de cada mês.

Câmara Municipal de Ubá

Mesa Diretora
Biênio 2009/2010:

Presidente:
Cláudio Ponciano (PT)
claudio.ponciano@camarauba.mg.gov.br

Vice-Presidente:
Carlos da Silva Rufato (PSDB)
carlos.rufato@camarauba.mg.gov.br

2º Vice-Presidente:
Jorge Gustódio Gervásio (PV)
jorge.gervasio@camarauba.mg.gov.br

1ª Secretária:
Rosângela Alfenas (PSDB)
rosangelaalfenas@camarauba.mg.gov.br

2ª Secretário:
Paulo César Raymundo (DEM)
paulo.pc@camarauba.mg.gov.br

Diretora Geral:
Maria Letícia Mendonça Maciel
leticia.diretora@camarauba.mg.gov.br

Assessoria de Comunicação:
Martim A. C. Barbosa
(JP 10.040/MG)
martim.barbosa@camarauba.mg.gov.br

Técnico de Nível Superior - Jornalista:
Rodrigo Farias
(JP 12.895/MG)
rodrigo.jornalismo@camarauba.mg.gov.br

Assessoria Jurídica:
Cristiana Janaína B. J. dos Santos
(OAB/MG 110.021)
cristiana.juridico@camarauba.mg.gov.br

E-mail:
contatos@camarauba.mg.gov.br

Site:
www.camarauba.mg.gov.br

Endereço:
Rua Santa Cruz, 301
CEP: 36500-000
Ubá - Minas Gerais

Telefone:
(32) 3539-5000

O Legislativo

Jornalista Responsável:
Rodrigo Farias
(JP 12.895/MG)
imprensa@camarauba.mg.gov.br

Impressão:
Maffer Gráfica e Editora Ltda.
CNPJ: 04.415.126-0001/88

Tiragem:
1000 exemplares
Quinzenal

Legislativo vai realizar audiência pública para discutir Lei de Diretrizes Orçamentárias

Está em tramitação na Câmara Municipal de Ubá a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2010. Na sessão ordinária do dia 25 de maio, a votação da matéria foi adiada para a realização de, pelo menos, uma audiência pública para discussão da proposta. Na reunião anterior, dia 18, o projeto havia sofrido pedido de vista do vereador Dr. Mauricio Valadão (PTB). O prazo final para votação da matéria é 30 de junho.

Orientação

A LDO foi introduzida pela Constituição de 1988 e, com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tornou-se peça obrigatória na gestão pública. Ela representa um instrumento para auxiliar os governantes a gerir os recursos públicos a partir de um conjunto de regras claras e precisas, aplicadas a todos os gestores e em todas as esferas de governo, e envolve o controle à gestão da receita e da despesa, o endividamento e a gestão do patrimônio público.

O projeto é anual e deve incluir as metas e os riscos fiscais, as prioridades de ação governamental, os maiores investimentos, as medidas



Legislativo Municipal decidiu adiar a votação do LDO

que se pretende aplicar na política de tributos, etc. Em outras palavras, o projeto descreve o que a Prefeitura de Ubá planeja para o próximo ano e prevê que a verba arrecadada pelo Município seja revertida em obras e ações que melhorem significativamente a vida da população.

Com base nas propostas contidas no projeto encaminhado e nas emendas que ele pode receber dos vereadores, o Poder Executivo vai elaborar a Lei Orçamentária Anual (LOA), que deve ser encaminhada ao Legislativo até o dia 30 de setembro.

Prioridades

O anexo de Metas e Prioridades da LDO de 2010 reflete as demandas municipais mais prementes. Da proposta encaminhada, vale destacar a atenção com a melhoria do atendimento ao cidadão, a realização de concursos públicos,

a previsão de investimentos em infraestrutura urbana, a aplicação de recursos em cultura, esporte e lazer, a preocupação com o meio ambiente e a adoção de medidas que potencializem o desenvolvimento da indústria e do comércio.

Além disso, as áreas da Saúde e da Educação devem respeitar percentuais mínimos de investimento previstos pela Constituição Federal. Para o setor educacional deve ser destinado 25% da receita municipal líquida. Para a saúde, o percentual é de 15% da arrecadação.

Audiências públicas

Antes de avaliar a proposta em plenário e apresentar emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Câmara Municipal de Ubá vai realizar, no mínimo, uma audiência pública. É uma oportunidade para as lideranças municipais e comunitárias se fazerem ouvir, uma medida importante para enriquecer o debate acerca da LDO.

Em todo o Brasil, as audiências orçamentárias têm evidenciado o crescimento da participação popular na gestão pública, e assumido a postura de fórum de reivindicação comunitária.

Câmara aprova crédito para Projeto Auxiliar-Mirim

A Câmara Municipal de Ubá aprovou, na reunião ordinária do dia 11 de maio, o Projeto de Lei 035/09, que “autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial ao orçamento de 2009, no âmbito do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para manutenção do Projeto Auxiliar-Mirim.” A aprovação da proposta foi unânime.

Com esta iniciativa, as atividades do Projeto Auxiliar-Mirim e do Programa Pró-Adolescente — que visa atender aos adolescentes de 14 a 18 anos —, de acordo com o estabelecido na Lei do Menor Aprendiz, receberão créditos especiais até o limite de R\$ 223 mil.

A execução do projeto ocorrerá mediante a celebração de convênio específico, por intermédio da Sociedade Ubaense de Artes e Ofícios, o Patronato São José, entidade de Utilidade Pública Municipal, sem fins lucrativos e, portanto, apta a receber recursos do Poder Público.

O objetivo do Programa é fazer com que os adolescentes recebam formação profissional, sintam-se valorizados, percebam seu papel na sociedade e sejam inseridos no mercado de trabalho, a partir de 16 anos de idade ou, na condição de aprendiz, aos 14 anos. Além disso, os jovens contam com direitos tra-

ballistas e previdenciários assegurados, pois os contratos de trabalho e aprendizagem são celebrados de acordo com as normas estabelecidas pela Constituição Federal, pela Consolidação das Leis do Trabalho e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

De acordo com Líder do Governo, vereador Vinícius Samôr de Lacerda, o projeto tenta recuperar o tempo perdido nos últimos anos, quando o assunto é a atenção ao jovem.

— Ubá perdeu muito nos últimos anos por não pensar uma política pública para a juventude. Esse é o primeiro passo para se implementar uma política voltada para essa faixa etária, de 14 a 18 anos —, afirmou.

O vereador destacou, ainda, mudanças no projeto.

— Com essa verba, vamos tratar o projeto Auxiliar-Mirim de forma diferente. Vamos resgatar a questão sócio-educativa para que possa, realmente, se consolidar uma política pública para a juventude em Ubá. Serão contratados pedagogo, psicólogo e assistente social para dar suporte e auxílio aos jovens, para que eles possam se estruturar e ter êxito em sua vida profissional — finalizou.

Câmara aprova projeto que regulamenta estágio nos órgãos municipais

A Câmara Municipal de Ubá aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 039/2009, que “dispõe sobre o estágio de estudantes junto aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Ubá e dá outras providências.”

A intenção do Poder Executivo, autor da matéria, é regulamentar a concessão de estágio no município de Ubá, com base no que rege a Lei Federal 11.788, de 2008. De acordo com a Prefeitura, atualmente, o mercado de trabalho exige, além de boa formação e conhecimento teórico, experiência prática.

Nesse sentido, o auxílio aos alunos que buscam o primeiro estágio é muito importante, uma vez que proporciona aos estudantes o desenvolvimento de seus talentos potenciais, a promoção do aperfeiçoamento técnico e a complementação da formação escolar.

Para o Líder do Governo na Câmara, vereador Vinícius Samôr de Lacerda, a iniciativa do Executivo é inovadora.

— Esse é mais um projeto bem inovador, moderno, que a Prefeitura manda aqui para a Câmara. E justamente por se preocupar não só com a parcela universitária, mas estudantes de diversos níveis e tipos



O vereador Vinícius Samôr defendeu a aprovação do projeto

de ensino —, afirmou.

De acordo com o Projeto, alunos de educação superior, profissional, do ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, sendo jovens ou adultos, poderão estagiar nos órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional do município.

O líder do Governo destacou, ainda, que a aprovação da matéria vai tornar transparente o processo de contratação pela Prefeitura.

— A aprovação dessa lei não acaba com a concessão de bolsas de estudo, mas vai regulamentar a contratação de estagiários, de forma criteriosa, por meio de edital

que privilegia o mérito e também avalia o aspecto sócio-econômico —, finalizou.

Para a concessão do estágio, o aluno deve estar matriculado e frequente no curso declarado. Então, será celebrado Termo de Compromisso entre o educando, a parte concedente e a instituição de ensino. De acordo com a proposta, é fundamental que haja compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio com aquelas previstas no documento.

Vale ressaltar que o estágio não caracteriza vínculo de emprego, portanto, não são devidos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Notas

Câmara aprova crédito especial para APAE

De autoria do Poder Executivo, o Projeto de Lei 034/09, foi aprovado por unanimidade em sessão ordinária do Legislativo Ubaense. A matéria autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação. A verba, no valor máximo de R\$ 450 mil, será utilizada para a manutenção do transporte escolar dos alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ubá (Apae/Ubá).

Inicialmente, pretendia-se que a própria Instituição gerenciasse os recursos para o transporte escolar, por meio de convênio. Entretanto, após reuniões e consultas realizadas pela Secretaria de Educação e a direção da Apae/Ubá, optou-se por manter a gestão dos recursos sob responsabilidade do Município.

Desta forma, como não havia, no orçamento de 2009, dotação específica para o custeio deste serviço, a abertura do crédito se fez necessária.

Agenda de atividades no Plenário em junho

- 01/06, às 19h:

Reunião ordinária com a presença do Juiz da Vara de Execuções Penais, Dr. Nilo Marques Martins Júnior

- 04/06, às 19h:

I Encontro de Mobilização Social nos serviços de Saúde

- 15/06, às 19h:

Reunião ordinária com a participação da Secretária Municipal de Ação Social, Sra. Eulália Cristina Valente

- 16/06, às 18h45:

Prova da Ulbra

- 19/06, às 9h:

Reunião de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores por um novo Pacto Federativo

- 19/06, às 19h:

Sessão de lançamento do livro "Ser Feliz", pelo escritor e poeta Célio Rodrigues Alves

Comissão Especial vai investigar denúncias na Associação dos Servidores

A Câmara Municipal de Ubá aprovou, na sessão ordinária do dia 25 de maio, a criação de uma Comissão Especial para contribuir com a investigação das supostas irregularidades cometidas na Associação dos Servidores Municipais. A Comissão será presidida pelo vereador Paulo César Raymundo (DEM) e contará, também, com a participação dos vereadores Antero Gomes de Aguiar (PT), Carlos da Silva Rufato (PMDB), Dalmo José Coelho (PT), Luiz Alberto Gravina (PMDB) e Vinícius Sâmor de Lacerda (PT).

No dia seguinte, já em pleno funcionamento, a Comissão Especial convocou membros afastados da direção da Associação para prestar esclarecimentos, entre eles: Avelino da Cruz Ferreira, Orestes de Aguiar Occhi e Rosa Maria de Andrade Soares. Também foram convidados membros da diretoria provisória, que assumiram após o afastamento dos demais.

Denúncias

O servidor público do Município de Ubá e ex-presidente da Associação dos Servidores Públicos



Comissão Especial vai contribuir com investigação sobre supostas irregularidades na Associação dos Servidores

Municipais, Avelino da Cruz Ferreira, é acusado de um suposto desvio de aproximadamente R\$ 78 mil da Instituição. De acordo com ele, entretanto, a Associação apenas fez empréstimos, sem juros, para os servidores municipais que estavam se endividando com

juros de cartão e cheque especial. No dia 06 de maio, Avelino Ferreira compareceu à sessão para participação popular do Legislativo e tentou se explicar. Na opinião dos vereadores, ele não foi bem sucedido. O líder do Governo na Câmara, Vinícius Samor

de Lacerda (PT), disse que ele foi, no mínimo, irresponsável com os recursos da entidade que presidia.

Já para o Presidente do Legislativo, vereador Cláudio Ponciano (PT), o ex-presidente da Associação pode ter cometido crime de improbidade administrativa.

Câmara aprova alteração em Conselho Alimentar

Por unanimidade, os vereadores de Ubá aprovaram o Projeto de Lei nº 037/09, que dá nova redação ao inciso II, do art. 11, da Lei Municipal nº 3.698, de 29 de julho de 2008, que trata da Política Municipal de Segurança Alimentar.

Na prática, a proposta aprovada pelo Legislativo e encaminhada para sanção do Prefeito, altera a composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Ubá (Comsea). O número de representantes das entidades prestadoras de serviços de assistência social passa de dois para um. Em contrapartida, prestadores de serviços de saúde conveniados ao SUS passam a ter uma cadeira no Conselho.

A alteração foi solicitada pela Secretária Municipal de Ação Social, com o objetivo de viabilizar a política de segurança alimentar no município, que tem por objetivo promover ações e políticas destinadas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e ao desenvolvimento integral da pessoa humana.

Segurança Alimentar

De acordo com a Lei 3.698, considera-se segurança alimentar

e nutricional sustentável como a "garantia do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, com base em práticas alimentares saudáveis, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais".

Neste sentido, o objetivo primordial da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável é resguardar o acesso de toda a população de Ubá à alimentação adequada. Para isso, a Lei prevê, entre outras medidas, o apoio à agricultura familiar, ao associativismo e cooperativismo, o atendimento suplementar e emergencial a cidadãos e grupos carentes e o fortalecimento das ações de vigilância sanitária.

O direito à alimentação é parte dos direitos fundamentais da humanidade, definidos por pacto mundial do qual o Brasil é signatário. Cada país, por sua vez, tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população (soberania alimentar).

Tênis de Mesa recebe crédito municipal

O Legislativo Ubaense aprovou, por unanimidade, na sessão ordinária do dia 11 de maio, o Projeto de Lei 036/09, que autoriza a Prefeitura a conceder subvenção social à Associação dos Empregados no Comércio de Ubá.

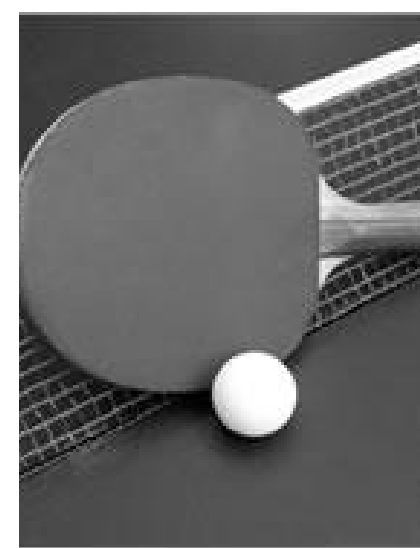
De acordo com a proposta, a Instituição vai receber R\$ 2 mil do Poder Executivo. O recurso será utilizado no incentivo à prática do Tênis de Mesa, com treinamento técnico gratuito para crianças e adolescentes.

Além de ampliar as condições de treinamento, a Associação poderá, com o auxílio municipal, efetuar o pagamento de anuidade junto à Federação Mineira de Tênis de Mesa, organizar torneios e inscrever atletas no Campeonato Mineiro da modalidade.

Declarada instituição de Utilidade Pública Municipal pela Lei 1.433, de 26 de agosto de 1981, a Associação dos Empregados no Comércio de Ubá está, legalmente, habilitada a receber créditos do Poder Público.

Destaque

No último dia 23 de maio, os atletas da Associação dos Empregados no Comércio de Ubá representaram a cidade no 1º Torneio Aberto de Tênis de Mesa de 2009,



realizado no Colégio Bom Jesus do Canarinho, em Petrópolis – RJ. Os ubaenses foram campeões em todas as categorias disputadas e voltaram para casa com oito troféus e medalhas, conquistadas entre primeiros, segundos e terceiros lugares.

Confira o resultado: **Categoria Pré-Mirim:** Willian Polinarte Lamas Vecchi (Campeão); **Categoria Mirim:** Luanderson Gomes da Silva (Campeão), Fernando Dias de Carvalho Júnior (Vice-campeão), Gustavo Henrique da Silveira (3º Lugar); **Categoria Infantil:** Marcelo Oliveira Menezes (Campeão), Gustavo Henrique da Silveira (Vice-campeão), Dionathan Médici (3º Lugar); **Categoria Adulto:** Silder Lamas Vecchi (Campeão).

Câmara pode criar CPI para investigar horas extras devidas desde 2004

Por meio de ofício encaminhado ao Legislativo Ubaense em resposta a requerimento do vereador Dr. Maurício Valadão (PTB), o Secretário Municipal de Administração, Agenor Marques Sereno Neto, informa que a atual Administração constatou, “após levantamento minucioso”, a existência de mais de 27 mil horas extras não pagas, no período não prescrito de abril de 2004 a dezembro de 2008. O documento foi lido na sessão ordinária do dia 18 de maio.

Indignado com situação, o vereador Vinícius Sâmor de Lacerda (PT) destacou, na ocasião, que o Tribunal de Justiça está punindo alguns ex-prefeitos de Ubá por medidas inadequadas e ilegais tomadas na administração municipal. Na opinião dele, esse levantamento traz à tona mais um fato irregular que, até então, era desconhecido dos ubaenses.

— O que nós estamos vendo, de forma bem clara, e eu tenho liberdade para falar, pois participei da equipe de transição do Vadinho, é que a administração passada omitiu, completamente, alguns dados, e principalmente no que diz respeito a esse ponto de interrogação que são as horas extras. O ex-prefeito foi à rádio, há pouco tempo, e disse que pagou todas as horas extras, que esse era um compromisso dele e, na verdade, essa correspondência enviada pela Secretaria de Administração vem mostrar que a mentira, de fato, tem perna curta. Mais uma vez, nós desmascaramos uma irresponsabilidade e a falta de transparência da administração passada —, afirmou.

De acordo com o vereador petista, algumas horas extras são duvidosas, uma vez que os horários de entrada e saída eram anotados em cadernos, sem qualquer fiscalização.

— A gente não sabe nem como isso era provado. Há casos de servidores com três mil horas extras acumuladas. Temos obrigação de acionar os órgãos responsáveis,



O vereador Vinícius Sâmor (PT) acredita que o Legislativo deve investigar o caso

como o Tribunal de Contas e o Ministério Público para averiguar o assunto —, defendeu.

O democrata Paulo César Raymundo destacou que o atual secretário de Obras, Iran Silva Couri, foi alertado, assim que assumiu a pasta, sobre as irregularidades no controle do ponto. De acordo com o vereador, alguns servidores passavam o cartão no sábado de manhã e iam para casa.

— Há casos de funcionários que receberam R\$ 10 mil em hora extra. Hoje, há uma pessoa responsável pela fiscalização, na tentativa de evitar esse tipo de irregularidade —, disse.

Preocupado com a prescrição das horas extras trabalhadas, o vereador Maurício Valadão (PTB), por sua vez, entende que o Legislativo deve ouvir a Associação dos Servidores e os ex-secretários de Fazenda e de Administração. Na opinião dele, a Câmara deve agir para que os

funcionários recebam o que lhes é devido.

Para Vinícius Samôr de Lacerda, entretanto, a situação não é tão simples. Ele entende que é preciso averiguar o que é justo, para não fazer pagamentos indevidos, sobretudo porque não foi incluída verba no orçamento para o pagamento desta despesa.

— Um mês inteiro tem cerca de 720 horas. E há casos de servidores que registraram 800 horas extras. Que mágica é essa? Nós temos que tomar providências, não podemos deixar este fato impune —, declarou.

O líder do PMDB, Luiz Alberto Gravina, concorda com o petista. Ele destacou que o relatório traz números impressionantes, mas que não foram apresentados nomes. Ele se disse favorável à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar e punir os responsáveis.

Valadão, entretanto, voltou a

defender o direito dos servidores.

— Vamos fazer o possível pelos servidores! Nós não podemos deixar que eles percam o direito de receber. Podemos organizar uma Frente Parlamentar a favor dessas horas extras — ressaltou.

O presidente do Legislativo, vereador Cláudio Ponciano (PT), destacou que a posicionamento da Mesa Diretora é observar, em primeiro lugar, o interesse dos servidores. De acordo com ele, é legítimo que o trabalho seja remunerado, mas é fundamental, também, que o município não seja prejudicado.

— O que é justo, o que é verdadeiro aqui? Será que as 27 mil horas extras foram, de fato, trabalhadas? Vamos chamar todo mundo aqui na Câmara, inclusive o ex-prefeito, para se explicar. Mas precisamos, de alguma forma, comprovar, para pagar o que é legítimo apenas. O Legislativo não pode se omitir —, finalizou.

Notas

Inscrições para o ProUni estão abertas

Os interessados podem se inscrever, em duas etapas, exclusivamente pela internet, no site do MEC (www.mec.gov.br). De acordo com o Ministério da Educação, são 91.227 bolsas de estudo, sendo 57.432 integrais e 33.795 parciais, que custeiam 50% do valor da mensalidade.

Para concorrer às bolsas integrais, os candidatos precisam comprovar renda familiar de até um salário mínimo e meio (R\$ 697,50) por pessoa. No caso das bolsas parciais, a renda familiar deve ser de, no máximo, três salários mínimos (R\$ 1.395) por pessoa.

Além da comprovação de renda, o candidato também precisa atender um entre os seguintes requisitos: ter cursado todo o ensino médio em escola pública; ter cursado o ensino médio em escola privada com bolsa integral; ser pessoa com deficiência; ser professor do quadro permanente da rede pública de educação básica. Para concorrer, é preciso ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2008.

Professores podem se inscrever para bolsas em cursos de licenciatura, pedagogia ou normal superior e não precisam comprovar rendimentos.

O prazo para inscrições vai até o dia 5 de junho para a primeira etapa, e do dia 20 de julho a 24 de julho para a segunda.

O Programa

Criado pelo Governo Federal em 2004, o ProUni oferece isenção de tributos às instituições de ensino que aderem ao Programa e possui, também, ações de incentivo à permanência dos alunos nas faculdades, como a Bolsa Permanência, o convênio de estágio MEC/CAIXA e o FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pelo programa.

Acompanhe as reuniões da Câmara Municipal de Ubá

Segundas-Feiras, às 19h

Rua Santa Cruz, 301

www.camarauba.mg.gov.br
imprensa@camarauba.mg.gov.br



Presidente da Associação Beneficente Católica debate a saúde da microrregião no Legislativo

Em atendimento a requerimento de autoria do vice-presidente da Câmara Municipal de Ubá, vereador Carlos Rufato (PSDB), o Legislativo realizou uma reunião no dia 19 de maio. O tema do encontro foi a saúde, mais especificamente as ações desenvolvidas pelo Hospital Santa Isabel (HSI). Na ocasião, esteve presente o Presidente da Associação Beneficente Católica (ABC), entidade mantenedora do HSI, Fabiano dos Santos, além do Prefeito Edvaldo Baião Albino (Vadinho Baião), do vice-prefeito Dr. Eduardo Vieira, e de Secretários de Saúde da região.

O vereador Carlos Rufato destacou, em sua fala, que o Legislativo tem uma preocupação muito grande com a área de saúde. Desta forma, assim como outros Ele lembrou que a direção do Hospital São Vicente esteve na Câmara apresentando suas ações e, por isso, acha justo que também o Hospital Santa Isabel pudesse apresentar o trabalho.

Em seguida, o empresário Fabiano dos Santos fez a sua saudação e passou à exposição das ações desenvolvidas pelo Hospital Santa Isabel.



O presidente da Associação Beneficente Católica, Fabiano dos Santos, no Plenário da Câmara Municipal

Além do Hospital Santa Isabel, a Associação Beneficente Católica possui outras 3 unidades de serviços: a Casa do Guri, a Clínica Santa Isabel e o plano Santa Isabel Saúde.

Fundado no dia 1º de fevereiro de 1969, o HSI completou 40 anos de serviços e é uma associação civil

de direito privado, sem fins lucrativos. Portanto, embora preste um serviço público, não é uma instituição pública.

De acordo com Fabiano dos Santos, o Hospital conta hoje com 433 funcionários e 150 médicos. Além disso, cerca 119 dos 162 lei-

tos instalados do HSI são destinados, pelo estatuto, para usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). O empresário destacou, ainda, o início do serviço de hemodinâmica da Instituição, no mês de junho.

— Esse é o novo serviço que o hospital, ao fazer 40 anos, entrega

para o nosso querido prefeito de Ubá. Um presente que vai servir não só para os ubaenses, mas também para os usuários dos municípios vizinhos —, disse.

Fabiano dos Santos alertou, entretanto, que é fundamental o apoio de prefeitos e vereadores de toda a microrregião no sentido de conseguir o credenciamento do serviço junto ao SUS.

— Não é fácil, mas, se politicamente nós estivermos unidos em torno da aprovação desse serviço, dificilmente ela será negada. Porque não é uma cidade, é uma microrregião, com cerca de 290 mil pessoas, das quais 90 mil de Ubá. Os demais, são dos 20 municípios referenciados para nossa cidade e para o HSI —, afirmou.

Em seguida, o presidente da ABC disse que o serviço de ressonância magnética também precisa de credenciamento e expôs todas as especialidades médicas e os exames disponibilizados pelo Hospital Santa Isabel.

Para finalizar, o empresário apontou algumas falhas no SUS, que causam problemas financeiros e econômicos às instituições de saúde.

Secretário Municipal de Obras avalia primeiros meses de governo em reunião na Câmara

A Câmara Municipal de Ubá recebeu, na sessão ordinária do dia 11 de maio, a visita do Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Iran Silva Couri.

Inicialmente, o vereador Dr. Maurício Valadão (PTB), presidente da Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais (COSPM) da Câmara, destacou que, dado o volume de problemas de infraestrutura que a cidade tem, viu-se na obrigação de convidar o Secretário ao Legislativo. O petebista, entretanto, elogiou os esforços empreendidos pela administração municipal para reduzir os estragos. De acordo com ele, no início do ano era frequente ver funcionários da prefeitura trabalhando nos finais de semana.

Valadão também apontou alguns pontos importantes da cidade, como as pontes da Geladeira e da rua Paulino Fernandes, que ainda precisam de intervenção. Disse, ainda, que o anel viário, por incrível que pareça, antes de ser inaugurado já está destruído.

Com a a palavra, o Secretário Municipal de Obras destacou que logo que assumiu a secretaria, no dia 1º de janeiro, se deparou com

problemas seríssimos em praticamente todos os bairros da cidade e na zona rural. De acordo com ele, devido às chuvas, de janeiro a março as obras foram apenas de socorro.

— Nesses 120 dias de governo, os primeiro 90 foram muito difíceis. Nós iniciamos uma "operação tapa-buracos" na cidade, com asfalto quente, que é mais durável —, disse.

Couri informou, também, que já foi iniciado o asfaltamento e o recapeamento de ruas em diversos bairros, além da pavimentação de toda a extensão do Santa Edwiges, que está recebendo, também, rede de captação de águas fluviais. O Secretário de Obras falou, ainda, sobre a reativação da usina de asfalto em Ubá e fez um apelo para que a população pague os impostos.

— Um município do porte de Ubá não pode ter um índice de inadimplência de IPTU acima de 50%, como foi nos últimos quatro anos. Dificilmente se consegue fazer alguma coisa com baixa arrecadação —, alertou.

Apesar das dificuldades, o secretário afirmou que a Pre-

feitura vai realizar as obras, sobretudo as mais urgentes.

— A ponte da rua Antônio Batista (Ponte da Geladeira) foi definida como prioridade pelo Vadinho. Ele pediu que não esperássemos pela verba de Brasília e começássemos a obra com recursos próprios. Acreditamos que, no máximo, em meados de julho a ponte estará liberada ao tráfego, depois de mais de um ano interditada —, afirmou.

Na rua Paulino Fernandes, a obra da ponte será realizada em duas etapas. De acordo com o Secretário, a Prefeitura aguarda a liberação da verba do Governo Federal para esse serviço, bem como para os muros de contenção da Av. Beira Rio, mas destacou que, caso o recurso não chegue, a administração vai abrir licitação e fazer o serviço com recursos municipais.

Iran Couri destacou, ainda, a liberação da verba federal para recuperação do muro no bairro São Domingos, e completou que a licitação para execução da obra está em andamento.

Na zona rural, o Secretário destacou o patrulamento nos acessos a Ligação, Diamante,

Ubeba e Ubá Pequeno, o cascalhamento da Miragaia e a recuperação de 17 pontes de madeira. Além da recuperação da estrada para Ubari, que está em curso.

— Estamos fazendo, talvez, uma das maiores obras que a região de Ubari já viu, recuperando toda a serra, cuidando das erosões que, com qualquer chuva, deixavam a população de lá isolada. Além disso, vamos fazer sistema

de captação de água, para evitar novos problemas —, afirmou.

Sobre a recuperação do Anel Viário, o Secretário esclareceu que a Prefeitura considera ser responsabilidade da empreiteira que executou o projeto. De acordo com ele, o Executivo e a direção da empresa estão em conversação para a tentativa de um acordo ou para a tomada de providências judiciais.



O Secretário de Obras, durante explanação no Plenário da Câmara

Câmara Municipal divulga prestação de contas de despesas com pessoal

MUNICÍPIO DE UBA
CAMARA MUNICIPAL DE UBA (MG)
Sistema de Informações Municipais

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO 2 (§ 2º, arts . 18 e 22 , L . C . 101 / 00)

DESPESA TOTAL COM PESSOAL

PODER LEGISLATIVO

Período : Abril de 2009

Valores em R\$1,00

MESES DO EXERCICIO	MAI/08	JUN/08	JUL/08	AGO/08	SET/08	OUT/08	NOV/08	DEZ/08	JAN/09	FEV/09	MAR/09	MES BASE	TOTAL
DESPESA TOTAL													
Vencimentos e Vantagens Fixas	32.147,70	36.671,47	46.866,23	31.116,12	36.956,48	32.711,77	37.976,22	64.695,65	38.523,40	40.405,93	60.386,23	47.301,18	505.758,38
Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salario Familia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsidios dos Vereadores	39.992,46	39.992,46	39.992,46	39.992,46	39.992,46	39.992,46	39.992,46	91.873,16	43.830,00	43.830,00	43.830,00	43.830,00	547.140,38
Obrigações Patronais	13.678,88	13.674,13	14.461,05	13.779,88	13.045,49	13.553,89	23.461,36	34.745,88	0,00	13.983,01	17.153,48	22.709,72	194.246,77
Repasse Patronal ao RPPS	0,00	514,83	1.283,81	1.399,82	1.912,47	2.070,91	3.999,06	2.791,04	0,00	2.324,42	0,00	8.442,22	24.738,58
Sentencas Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Desp de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas De Exercicios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SOMA	85.819,04	90.852,89	102.603,55	86.288,28	91.906,90	88.329,03	105.429,10	194.105,73	82.353,40	100.543,36	121.369,71	122.283,12	1.271.884,11
(-) EXCLUSOES													
Indenizacao por Demissao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos a Demissao Voluntaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentencas Judiciais Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Fonte Recursos Próprios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SOMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL	85.819,04	90.852,89	102.603,55	86.288,28	91.906,90	88.329,03	105.429,10	194.105,73	82.353,40	100.543,36	121.369,71	122.283,12	1.271.884,11

CARGO	NOME	CRC
PRESIDENTE DA CAMARA	CLÁUDIO PONCIANO	
Contador	GUILHERME RAMOS DE ARAÚJO	CONTADOR MG-080207/0-2
Controle Interno	ANGELINO FERNANDES SILVA	

MUNICÍPIO DE UBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBA
Sistema de Informações Municipais

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO 1 (arts . 54 e 55 , L . C . 101 / 00)

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

PODER LEGISLATIVO

Período : Abril de 2009

Valores em R\$1,00

I - COMPARATIVOS				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Maio / 2007 a Abril / 2008		Maio / 2008 a Abril / 2009	
	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	61.401.646,91	0,00	74.852.240,93	0,00
1 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL	1.066.842,34	1,74	1.271.884,11	1,70
Limite 90 % (§1º , inciso II , art . 59)	3.315.688,93	5,40	4.042.021,01	5,40
Limite Prudencial 95 % (Parágrafo Único , art . 22)	3.499.893,87	5,70	4.266.577,73	5,70
Limite Legal (art . 20)	3.684.098,81	6,00	4.491.134,46	6,00
Excesso a regularizar	0,00	--	0,00	--

II - INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS ou A ADOTAR (caso ultrapasse os limites acima)

CARGO	NOME	CRC
PRESIDENTE DA CAMARA	CLÁUDIO PONCIANO	
Contador	GUILHERME RAMOS DE ARAÚJO	CONTADOR MG-080207/0-2
Controle Interno	ANGELINO FERNANDES SILVA	

Notas

Novo Enem abre inscrições no dia 15 de junho

O Ministério da Educação (MEC) divulgou a data de inscrições para o novo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que, a partir deste ano, vale como seleção para vagas nas universidades públicas federais.

Para se inscrever, os candidatos devem acessar, o endereço www.enem.inep.gov.br/inscricao, a partir do dia 15 de junho, e preencher o formulário de cadastramento. Uma mensagem eletrônica confirmando o sucesso da operação será enviada para o e-mail informado no cadastro. O prazo de inscrições vai até 17 de julho.

A participação no Exame é gratuita para os alunos da rede pública de educação, e custa R\$ 35 para os alunos da rede particular, para quem concluiu o ensino médio em anos anteriores e para jovens e adultos que não concluíram esta etapa educacional, desde que tenham, na data de realização da primeira prova, no mínimo, 18 anos completos.

Provas

O Enem 2009 será aplicado em 1.619 municípios brasileiros, nos dias 03 e 04 de outubro. A primeira prova, no sábado (03), das 13h às 17h30, vai abranger às áreas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e suas Tecnologias. No domingo (04), das 13h às 18h30, serão avaliadas Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (incluindo Redação); e Matemática e suas Tecnologias. Os portões de acesso aos locais de prova serão abertos às 12h e fechados às 12h55, horário de Brasília.

De acordo com o edital, os participantes receberão o boletim de resultados a partir da primeira quinzena de janeiro.

Vestibular

No último dia 28 de maio, o MEC divulgou que, pelo menos, 39 das 55 instituições federais de ensino superior (Ifes) já decidiram adotar o Enem como forma de ingresso, dentro das quatro possibilidades apresentadas pelo MEC: a) como fase única; b) como primeira fase; c) como fase única para as vagas remanescentes, após o vestibular; d) ou combinado ao atual processo seletivo da instituição. Neste último caso, a universidade vai definir o percentual da nota do Exame a ser utilizado para o cálculo de uma média junto com a nota do vestibular.

Outras 13 universidades federais ainda estão em fase de decisão e três optaram por não utilizar a nota do Enem para o vestibular de 2010.

Sessão da Academia Ubaense de Letras - 22.05.2009



01 - A Mesa Diretora da Sessão, composta com os vereadores Antero Gomes de Aguiar, Luiz Alberto Gravina e Vinícius Samôr de Lacerda; 02 - O escritor Euclides Pereira Mendonça recebe o diploma do Secretário Municipal de Educação, Samuel Gazola Lima; 03 - O compositor e arranjador José Maria Camiloto Rocha, recebe o diploma de sua irmã, a Secretária de Cultura Maria Aparecida Camiloto Rocha; 04 - O professor Cícero Fialho recebe o diploma do vereador Vinícius Samôr; 05 - Momento de Oração pela saúde do escritor ubaense Antonio Olinto; 06 - O vereador Vinícius Samôr e o ator Mauro Mendonça, também homenageado pela AULE; 07 - O vereador Antero Gomes de Aguiar e o ator Mauro Mendonça.

Associação Musical e Cultura 22 de Maio - 23.05.2009



01 - A Mesa Diretora da Sessão Solene; 02 - O escritor Euclides Pereira Mendonça recebe prêmio; 03 - O ator Mauro Mendonça recebe prêmio; 04 - O Presidente da Academia Ubaense de Letras, Manuel Brandão Teixeira, recebe o prêmio destinado à AULE; 05 - O Presidente da Câmara Municipal de Ubá, vereador Cláudio Ponciano, recebe o prêmio concedido ao Legislativo; 06 - O Prefeito de Ubá, Edvaldo Baião Albino, recebe o prêmio concedido à Prefeitura Municipal; 07 - O presidente da Câmara, vereador Cláudio Ponciano, entrega o prêmio concedido à OAB Mulher, seção de Juiz de Fora; 08 - O vereador Vinícius Samôr de Lacerda entrega o prêmio da Rádio Educadora Trabalhista.



Câmara Municipal de Ubá

Poder Legislativo



contatos@camarauba.mg.gov.br
imprensa@camarauba.mg.gov.br